

VOTO: pelo encaminhamento da matéria à Assembleia Nacional Constituinte-
 Decisão-CNPCP: por maioria, aprovado o parecer verbal do Relator, que o
 lavrará por escrito, para o encaminhamento conforme seu voto; vencido o
 Conselho ROGERIO LAURIA TUCCI, que declarará o seu voto. Declaração de
 voto dos Conselheiros NILZARDO CARNEIRO LEÃO e ELOAR GUAZELLI, favoráveis
 ao direito amplo de voto a presos, nos termos do art. 3º da Lei de Execu-
 ção Penal; 3) Conselheiro ROGERIO LAURIA TUCCI - a) Ofício-CDDPH-Nº 2477
 87 - Assunto: Inspeção na Penitenciária de Presidente Wenceslau/SP - Con-
 clusão: "Constituindo, ademais, os fatos a esta atinentes objeto de in-
 quérito policial, visando à preparação de correspondente ação penal, os
 outros levam à convicção de que só mesmo por força do acaso é que tais
 acontecimentos em futuro próximo se repetirão. De tal modo, opino pelo
 seu arquivamento, comunicando-se o teor da conclusão aos Excelentíssimos
 Senhores Secretário-Executivo do Conselho de Defesa dos Direitos da Pes-
 soa Humana e Secretário de Justiça do Estado de São Paulo, se assim hou-
 verem por bem entender os eminentes Senhores Conselheiros". Decisão-CNPCP:
 pela aprovação unânime da exposição e conclusão do relator e, encaminha-
 mento do relatório ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana/MJ;
 à Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo, ao CEP/SP e à Correje-
 doria Geral da Justiça/SP; b) Ofício-Nº 360/88 - da Secretaria de Justi-
 ça-SP - Assunto: identificação funcional do Agente de Segurança Peniten-
 ciário - VOTO: "Como consta do aludido parecer, imperioso afigura-se que
 o Agente de Segurança Penitenciário porte identificação funcional que o
 distinga, num relance, do preso provisório ou condenado recolhido ao es-
 tabelecimento penal em que exerce sua função. Essa identificação, outros-
 sim, e como se faz óbvio, pode ser efetuada por diversas maneiras, espe-
 cialmente através de distintivo visualizável de pronto. Ora, nada obsta
 a que o distintivo seja estampado no próprio uniforme do Agente, como al-
 vinha a Ilustre autoridade paulista. Por isso que opino no sentido de
 responder, o Egrégio Conselho, afirmativamente, à indagação feita, comu-
 nicando-se o deliberado a todos os Exm^{as} Srs. Secretários de Justiça das
 unidades de nossa República Federativa. Esse o meu voto, submetido, com
 o respeito de sempre, à elevada apreciação dos eminentes Senhores Con-
 selheiros". Decisão-CNPCP: pela aprovação unânime e encaminhamento da de-
 cisão e do parecer ao Secretário de Justiça/SP, bem como aos demais Se-
 cretários das Unidades Federadas; 4) Conselheiro SÉRGIO MARCOS DE MORAES
 PITOMBO - a) Ofício/GP/Nº 68/88 - da Câmara Municipal de Mirandópolis/SP
 - Assunto: embargo de obra penitenciária naquele Município - Ementa:
 "Lei Municipal proibitiva de construção de estabelecimento penal em área
 de domínio público Estadual. Inconstitucionalidade de tal regulamentação
 do Poder Municipal. Hipótese de desapropriação indireta. Eficácia de doa-
 ção modal da Municipalidade ao Estado-membro. Interpretação do art. 9º,
 da Lei de Execução Penal, em face da questão". VOTO: "E de nosso parecer
 que se conheça do pleito e se lhe negue qualquer apoio, seja em razão da
 inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 1.542/88, seja pela ilegalidade
 de da conduta administrativa do Município, seja, ainda, pela falta de
 amparo na sistemática da execução efetiva das penas privativas de liber-
 dade". Decisão-CNPCP: pela aprovação unânime e encaminhamento do Parecer
 aos Secretários Estaduais de Justiça. Face a exiguidade de tempo o Pre-
 sidente encerrou a sessão. Merecendo aprovação, a presente ata será as-
 sinada pelo Presidente e por mim Secretária.

EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES
 Presidente

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
 Secretária-Executiva

ATA DA 123ª REUNIÃO (26.04.88) MANHÃ

As 10:00 do dia 25 de abril de 1988, reuniu-se o
 CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, na sala nº 308
 do Edifício-Sede do Ministério da Justiça. Conselheiros presentes: EDUAR-
 DO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES - Conselheiro Presidente; ANTÔNIO EVARISTO
 DE MORAES FILHO, ELOAR GUAZELLI, JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, MIGUEL
 FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO e NILZARDO CARNEIRO LEÃO. Ausências justifi-
 cadas: Conselheiros ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, EDMUNDO ALBERTO BRAN-
 CO DE OLIVEIRA, JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES, ROGERIO LAURIA TUCCI, RE-
 NÉ ARIEL DOTTI, RUY DA COSTA ANTUNES e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO.
 Aberta a reunião o Presidente comunicou aos Conselheiros presentes que
 estava encaminhando ao Ministério das Relações Exteriores ofício do teor
 seguinte: "Este Conselho tomou conhecimento, através de matéria pública
 da no jornal 'Le Monde', de 23 de abril do corrente, da existência de um
 novo programa penitenciário na França, visando alcançar quinze mil vagas
 com a construção de centros de detenção descentralizados com 600 vagas
 cada um. Tendo em vista que a experiência francesa pode ser, mais uma
 vez, de grande valia para nosso País, tenho a honra de dirigir-me a Vos-
 sa Excelência para solicitar que o Departamento competente deste Minis-
 tério obtenha as informações disponíveis sobre a concepção do programa
 francês e a possibilidade de cooperação técnica na área penitenciária".
 A seguir verificando não haver quorum para deliberações, o Presidente
 deu por encerrada a sessão. Merecendo aprovação, a presente ata será as-
 sinada pelo Presidente e por mim Secretária.

EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES
 Presidente

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
 Secretária-Executiva

(Of. nº 62/88)

DEPARTAMENTO FEDERAL DE JUSTIÇA

Divisão de Permanência de Estrangeiros

DESPACHOS DO DIRETOR
 Permanências Definitivas Deferidas

PROCESSO Nº 08339-001.147/86/MS - CATALINA MARIANA BRITZ NUNES
 PROCESSO Nº 08490-000.057/86/SC - JUAN ANGEL SERPA DE LEON
 PROCESSO Nº 08505-016.610/86/SP - WALDEMAR VATTER, BRIGITTE MARIA VAT-
 TER E KERSTIN VATTER
 PROCESSO Nº 08240-003.968/87/AM - VICTOR LUIS LEDEZMA SANCHEZ
 PROCESSO Nº 08280-002.254/87/DF - SERGIO DE LA TORRE

PROCESSO Nº 08280-002.764/87/DF - LEANDRO GABRIEL ASTORGA VALLE, SONIA
 CECILIA VICENCIO PLACENCIO, JULIA
 BEATRIZ DEL CARMEN CUELLO VICENCIO E
 TOMAS ALEJANDRO CUELLO VICENCIO
 PROCESSO Nº 08505-018.036/87/SP - QUINTAS DIAS DOS SANTOS

Prorrogações de prazo de estada no País deferidas

PROCESSO Nº 08352-000.354/87/MG - LIZBETH ANGELINE LAING, até 26/07/88
 PROCESSO Nº 08434-000.362/87/RS - ARTURO LUIS MARIA PORTALUPPI ALSINA,
 até 25/08/88
 PROCESSO Nº 08434-000.611/87/RS - ANA MARIA DE LOURDES ALVARENGA PEÑA,
 até 11/01/89
 PROCESSO Nº 08433-001.152/87/RS - CARLOS ANDRES SALAZAR DURAN, até 20/
 01/89
 PROCESSO Nº 08433-001.156/87/RS - AMADO CESAR MENDOZA HERRERA, até 27/
 02/89
 PROCESSO Nº 08433-001.158/87/RS - EDGAR ALFONSO HERRERA AYALA, 11/02/89
 PROCESSO Nº 08433-001.162/87/RS - MIRTA CONCEPCIÓN GONZÁLEZ GALEANO,
 até 09/01/89
 PROCESSO Nº 08285-001.889/87/ES - GIAN FRANCO LUIGI SANTAGATA, até 14/
 09/89
 PROCESSO Nº 08354-002.510/87/MG - MARIA MARGARITA JOSEFINA HURTARTE DE
 LA CERDA, até 24/01/89
 PROCESSO Nº 08354-002.559/87/MG - YONI ARMANDO MINCHOLA ROBLES, até 31/
 03/88
 PROCESSO Nº 08354-002.567/87/MG - RICHARD TAKAO MORIYA FUJIKATSU, até
 13/01/89
 PROCESSO Nº 08354-002.568/87/MG - JOSE ROBERTO ALVARENGA MONCADA, até
 16/02/89
 PROCESSO Nº 08354-002.574/87/MG - SONIA ELENA GONZALEZ MONTES, até 18/
 01/89
 PROCESSO Nº 08240-002.578/87/AM - CHRISTOPHER VAN YERGENSEN, até 29/09/
 88
 PROCESSO Nº 08354-002.584/87/MG - MINOR FRANCISCO ROJAS BOLAÑOS, até
 03/02/89
 PROCESSO Nº 08354-002.587/87/MG - VICTOR MANUEL URRUTIA AGUILAR, até
 13/02/89
 PROCESSO Nº 08354-002.600/87/MG - JOSE ANTONIO ARAUZ ARAUZ, até 12/02/
 89
 PROCESSO Nº 08354-002.609/87/MG - HERNANDO DARIO SUAREZ GOMEZ, até 02/
 02/89
 PROCESSO Nº 08490-003.004/87/SC - LUZ AMPARO CRUZ AVERANGA, até 19/09/
 88
 PROCESSO Nº 08240-003.205/87/AM - MARY BETH BEITER, até 13/11/88
 PROCESSO Nº 08240-003.290/87/AM - JOHN ANDREW WIGHT, até 24/11/88
 PROCESSO Nº 08295-003.311/87/GO - NDUKAGO NDUBUISI OSHAI, até 31/01/89
 PROCESSO Nº 08280-004.390/87/DF - ROSA MARIA ALEGRIA GARCIA, até 04/12/
 88
 PROCESSO Nº 08360-005.356/87/PA - ROSA MARIA CASSANO, até 27/01/89
 PROCESSO Nº 08400-006.524/87/PE - MAVY DENICE CALIGARI GAONA, até 12/01/
 89
 PROCESSO Nº 08400-006.703/87/PE - SEGUNDO RAMÓN CAMPO MARTINEZ, até 29/
 01/89
 PROCESSO Nº 08400-006.768/87/PE - JOSÉ EDMUNDO MANSILLA VILLAROEEL, até
 25/02/89
 PROCESSO Nº 08400-006.784/87/PE - KLAUS FRIEDRICH EICHNER, até 23/06/88
 PROCESSO Nº 08460-009.892/87/RJ - CESAR ENRIQUE REESE MIRANDA, até 15/
 09/88
 PROCESSO Nº 08460-010.112/87/RJ - PIERRE YVES BERNARD MARIE BONAMY, até
 03/11/88
 PROCESSO Nº 08460-010.414/87/RJ - HUGO RICHARD BERTETE AGUIRRE, até 12/
 11/88
 PROCESSO Nº 08460-010.960/87/RJ - JAIME ALBERTO VERA VALENZUELA, até
 28/11/88
 PROCESSO Nº 08460-012.870/87/RJ - PABLO MONTALDO RUBIO, até 03/01/89
 PROCESSO Nº 08460-012.901/87/RJ - LUIS OSWALDO ROMAN ABANTO, até 30/12/
 88
 PROCESSO Nº 08460-012.992/87/RJ - STEFAN DIETER JORDA, até 19/02/89
 PROCESSO Nº 08460-013.067/87/RJ - MARGARITA ROSA GAVIRIA MEJIA, até 08/
 01/89

JOÃO CARLOS SOARES GOMES
 Substituto

Ministério da Fazenda

SECRETARIA GERAL

Ato do Chefe do Gabinete

PORTARIA Nº 102, DE 19 DE ABRIL DE 1988

Autoriza a cessão, sob a forma de utili-
 zação gratuita, dos terrenos que mencio-
 na, situados no Município de Pouso Alegre,
 Estado de Minas Gerais.

O CHEFE DO GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO DA
 FAZENDA, usando, nos termos do Decreto nº 83.843, de 14 de agosto de
 1979, da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 324, de 5
 de agosto de 1987, do Secretário-Geral do Ministério da Fazenda e tendo
 em vista o disposto no artigo 1º do Decreto-lei nº 178, de 16 de feve-
 reiro de 1967, RESOLVE: